

LEI Nº 5894

(26 DE JUNHO DE 2023)

**DISPÕE SOBRE: AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2024 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

. . . **FAÇO SABER**, que a Câmara do Município de Caieiras aprova, e eu, **GILMAR SOARES VICENTE**, na qualidade de Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o caput, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2024 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta lei, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**CAPÍTULO III
DAS METAS FISCAIS**

Art. 3º. As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2024 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

I – Tabela 1 - Metas Anuais;

II – Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas
com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV – Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos
Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Tabela 6 – Avaliação da Situação Financeira
e Atuarial do RPPS e das Pensões e Inativos Militares;

VII – Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do RPPS –
Fundo em Capitalização;

VIII – Tabela 6.2 – Projeção Atuarial do RPPS –
Fundo em Repartição (Financeiro);

IX – Tabela 7 - Estimativa e Compensação da
Renúncia de Receita;

X – Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas
Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único – A lei orçamentária para 2024
poderá conter anexos revisados e atualizados, no todo ou em parte, das tabelas de resultados
fiscais de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV DOS RISCOS FISCAIS

Art. 4º. Os passivos contingentes e outros riscos
capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante
desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas
as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo,
consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja
existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que
não estejam totalmente sob controle do Município.

CAPÍTULO V DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Art. 5º. A lei orçamentária conterá reserva de
contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais
imprevistos.

§ 1º. A reserva de contingência será fixada em no
máximo 4 % (quatro por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante
créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º. Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

CAPÍTULO VI DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 6º. Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2024.

CAPÍTULO VII DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 7º. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 8º. No prazo previsto no caput do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá a limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º. Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º. Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º. A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º. Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo, também incidirá sobre o valor das emendas individuais impositivas eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º. Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º. A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VIII

DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 9º. Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I – concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II – admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º. Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I – prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;

III – no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II – nas situações de emergência e de calamidade pública;

III – para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V – nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

CAPÍTULO IX

DOS NOVOS PROJETOS

Art. 10. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. A regra constante do caput aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO X
DO ESTUDO DE IMPACTO
ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 11. Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as atualizações determinadas pelo Governo Federal.

CAPÍTULO XI
DO CONTROLE DE CUSTOS

Art. 12. Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

CAPÍTULO XII
DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A
PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 13. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no caput deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 14. Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II – demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

§ 1º. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º. As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 15. As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no caput serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 16. As disposições dos artigos 13 e 14 desta Lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal

vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Parágrafo único. Nos termos do art. 45, II, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, somente será autorizado o pagamento de servidores públicos com recursos vinculados a parcerias se estiverem regularmente formalizadas e nas hipóteses previstas em lei municipal específica.

Art. 17. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

CAPÍTULO XIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 18. Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 19. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II – revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III – modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;

IV – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 20. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei serem acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no caput do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, no artigo 174 da Constituição Estadual e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária de 2024 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites a serem observados.

Art. 22. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2024 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 23. As proposições legislativas e as emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município deverão estar acompanhadas de estimativas desses impactos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, conforme dispõe o art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º. Na hipótese de criação ou ampliação de ações governamentais, as proposições ou emendas deverão demonstrar:

I – sua compatibilidade com o Plano Plurianual e a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – que não serão ultrapassados os limites legais sobre gastos com pessoal.

§ 2º. No caso de emendas que importem redução total ou parcial de dotações propostas no projeto de lei orçamentária, a demonstração de que trata o caput também deverá:

I – deixar evidente que normas superiores sobre vinculações de receitas, constitucionais e legais, não deixarão de ser observadas;

II – que a prestação de serviços obrigatórios pelo Município e o pagamento de encargos legais não serão inviabilizados.

§ 3º. O somatório dos valores das emendas parlamentares individuais de caráter impositivo que vierem a ser aprovadas na lei orçamentária não poderá exceder o limite expressamente determinado pelo art. 175, § 6º, da Constituição do Estado de São Paulo.

§ 4º. Em face do disposto no art. 166, § 14, da Constituição, e uma vez publicada a lei orçamentária para 2024 e identificada pelo Chefe do Executivo a existência de impedimentos de ordem técnica em relação às emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, serão adotadas as seguintes medidas com o objetivo de solucionar essas pendências:

I – nos primeiros trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o prefeito indicará e especificará à Câmara Municipal os impedimentos de ordem técnica identificados;

II – a Câmara Municipal decidirá, por meio da Mesa Diretora e consultados os autores das emendas, se fará mudanças no seu conteúdo e encaminhará ao Executivo, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, proposta para sanar os impedimentos apontados, ou, se entender que estes são descabidos, deverá abster-se dessa providência;

III – recebidas as propostas, o Prefeito deverá, no prazo de 15 dias úteis, apresentar à Câmara Municipal projeto de lei propondo as modificações solicitadas pelo Legislativo, ou, se entender serem ilegais ou descabidas as modificações, recusará as propostas e apresentará as respectivas fundamentações de ordem técnica e/ou jurídica.

§ 5º. Se as medidas estabelecidas no § 4º se revelarem infrutíferas, ficará a cargo do Executivo avaliar se os impedimentos de ordem técnica comportam solução por meio dos mecanismos legais que regem os orçamentos públicos e, se julgar inviável essa opção, aplicar-se-á o disposto no § 6º.

§ 6º. Esgotadas, sem sucesso, as possibilidades de que tratam os §§ 4º e 5º, as emendas parlamentares individuais aprovadas perderão, automaticamente, o caráter obrigatório de execução, na forma determinada pelo art. 166-A, § 13, da Constituição, podendo seus recursos serem utilizados para cobertura de créditos adicionais autorizados na lei orçamentária ou em lei específica.

Art. 24. Os créditos consignados na lei orçamentária de 2024 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.

Parágrafo único. No caso das emendas de que trata o caput deste artigo e na hipótese de ser exigida, nos termos da Constituição e da legislação infraconstitucional, autorização legislativa específica, sua execução somente poderá ocorrer mediante a existência do diploma legal competente.

Art. 25. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 26. A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2023.

§ 1º. O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2023 e 2024, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º. Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 27. Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2024, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês, observado na execução, individualmente, o limite de cada dotação proposta.

§ 1º. Enquanto perdurar a situação descrita no caput, a parcela de cada duodécimo não utilizada em cada mês será somada ao valor dos duodécimos posteriores.

§ 2º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º. Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º. Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas redutivas ou supressivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária no Poder Legislativo, bem como pela aplicação do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados, excepcionalmente, por créditos adicionais suplementares ou especiais do Poder Executivo, cuja abertura fica, desde já, autorizada logo após a publicação da lei orçamentária.

§ 5º. Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 31 de janeiro de 2024.

Art. 28. O Poder Executivo providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, em até 30 dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2024, demonstrativos com informações complementares detalhando a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa.

Art. 29. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar em 2024 que forem pagas até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

...Prefeitura do Município de Caieiras, 26 de junho
de 2.023.

GILMAR SOARES VICENTE
-PREFEITO MUNICIPAL-

Lei aprovada por meio do Projeto de Lei nº 099/2023 de autoria do Prefeito Municipal – Gilmar Soares Vicente “Lagoinha”, nesta data, na Secretaria do Gabinete do Prefeito e publicado no Quadro de Editais.

Município de CAIBIRAS
LRI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
2024

ANF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

Especificação	2024			2025			2026		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% RCL (b/cálculo)	Valor corrente (b)	Valor constante	% RCL (b/cálculo)	Valor corrente (c)	Valor constante	% RCL (b/cálculo)
Receita total	446.025	425.800	99,9999	463.866	425.800	99,9999	482.189	425.800	99,9999
Receitas primárias (I)	444.454	424.300	99,6477	462.232	424.300	99,6476	480.490	424.300	99,6476
Receitas Primárias Correntes	444.454	424.300	99,6477	462.232	424.300	99,6476	480.490	424.300	99,6476
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	125.029	119.360	28,0318	130.030	119.360	28,0318	135.166	119.360	28,0317
Transferências Correntes	297.207	283.730	66,6345	309.095	283.730	66,6345	321.304	283.730	66,6344
Demais Receitas Primárias Correntes	22.217	21.210	4,9811	23.106	21.210	4,9812	24.018	21.210	4,9810
Receitas Primárias de Capital	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesa total	446.025	425.800	99,9999	463.866	425.800	99,9999	482.189	425.800	99,9999
Despesas primárias (II)	432.722	413.100	97,0173	450.031	413.100	97,0173	467.807	413.100	97,0173
Despesas primárias Correntes	417.428	398.500	93,5884	434.125	398.500	93,5883	451.273	398.500	93,5884
Pessoal e Encargos Sociais	178.075	170.000	39,9248	185.198	170.000	39,9248	192.513	170.000	39,9248
Outras Despesas Correntes	239.353	228.500	53,6635	248.927	228.500	53,6635	258.760	228.500	53,6636
Despesas Primárias de Capital	15.293	14.600	3,4287	15.905	14.600	3,4288	16.533	14.600	3,4287
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Resultado primário (SEM RPPS) - Acima da linha (III)-(I-II)	11.732	11.200	2,6303	12.201	11.200	2,6303	12.683	11.200	2,6303
Dívida Pública Consolidada (DC)	16.802	16.041	3,7670	12.689	11.648	2,7355	9.538	8.423	1,9781
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	16.802	16.041	3,7670	12.689	11.648	2,7355	9.538	8.423	1,9781
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	5.036	4.808	1,1291	4.785	4.393	1,0315	3.652	3.225	0,7574

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN.

Fonte e Notas Explicativas

Nota: Nesta tabela não estão incluídas as receitas, despesas e dívida do RPPS. Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade, e projeções com a utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2024.

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

Especificação	Metas Pre- vistas em 2022 (a)	%	RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	%	RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	316.908	0,0000		0	0,0000		-316.908	-100,0000
Receitas Primárias (I)	313.845	0,0000		0	0,0000		-313.845	-100,0000
Despesa Total	331.166	0,0000		386.111	0,0000		54.945	16,5914
Despesas Primárias (II)	318.219	0,0000		379.852	0,0000		61.633	19,3681
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da linha (III) = (I - II)	-4.374	0,0000		-379.852	0,0000		-375.478	8.584,3164
Dívida Pública Consolidada (DC)	16.485	0,0000		26.467	0,0000		9.982	60,5520
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	12.348	0,0000		26.467	0,0000		14.119	114,3424
Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da Linha	-7.128	0,0000		-4.679	0,0000		2.449	-34,3575

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN.

Município de CAEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Especificação	Valores a preços correntes											R\$ milhares
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Receita total	353.208	316.908	417.797	31,84	446.025	6,76	463.866	4,00	482.189	3,95	3,95	
Receitas Primárias (I)	346.105	313.845	408.580	30,19	444.454	8,78	462.232	4,00	480.490	3,95	3,95	
Despesa total	353.205	331.166	417.797	26,16	446.025	6,76	463.866	4,00	482.189	3,95	3,95	
Despesas Primárias (II)	352.187	318.219	398.617	25,26	432.722	8,56	450.031	4,00	467.807	3,95	3,95	
Resultado primário (SEM RPPS)	-6.082	-4.374	-28,08									
- Acima da Linha (III)=(I-II)												
Dívida pública consolidada (DC)	491	16.485	3.257,43	20,780	26,05	16.802	-19,14	12.689	-24,48	9.538	-24,83	
Dívida consolidada líquida (DCL)	491	12.348	2.414,87	5.360	-56,59	16.802	213,47	12.689	-24,48	9.538	-24,83	
Resultado Nominal (SEM RPPS)	-3.303	-7.128	115,80	16.554	-332,24	5.036	-69,58	4.785	-4,98	3.652	-23,68	
- Abaixo da Linha												

Especificação	Valores a preços constantes											R\$ milhares
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Receita total	405.670	333.070	417.797	25,44	425.800	1,92	425.800	0,00	425.800	0,00	0,00	
Receitas Primárias (I)	397.512	329.851	408.580	23,87	424.300	3,85	424.300	0,00	424.300	0,00	0,00	
Despesa total	405.667	348.055	417.797	20,04	425.800	1,92	425.800	0,00	425.800	0,00	0,00	
Despesas Primárias (II)	404.498	334.448	398.617	19,19	413.100	3,63	413.100	0,00	413.100	0,00	0,00	
Resultado primário (SEM RPPS)	-6.986	-4.597	-34,20	-316,73	11.200	12,42	11.200	0,00	11.200	0,00	0,00	
- Acima da Linha (III)=(I-II)												
Dívida pública consolidada (DC)	563	17.325	2.977,26	20,780	19,94	16.041	-22,81	11.648	-27,39	8.423	-27,69	
Dívida consolidada líquida (DCL)	563	12.977	2.204,97	5.360	-58,70	16.041	199,27	11.648	-27,39	8.423	-27,69	
Resultado Nominal (SEM RPPS)	-3.793	-7.491	97,50	16.554	-320,99	4.808	-70,96	4.393	-8,63	3.225	-26,59	
- Abaixo da Linha												

* FONTE: CN - SIFP - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido
2024

AMP - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	520.789	100,00	463.138	100,00	467.798	100,00
TOTAL	520.789	100,00	463.138	100,00	467.798	100,00

*FONTE: CM - SIFFM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	387	100,00	4.846	100,00	9.947	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	387	100,00	4.846	100,00	9.947	100,00

*FONTE: CM - SIFFM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2022	2021	2020
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	0	493	0
Alienação de Bens Imóveis	0	493	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
	0	0	0

Despesas Executadas	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
	0	0	0

Saldo Financeiro	2022	2021	2020
Saldo do Exercício Anterior			
VALOR (III)			10
	503	503	10

*FONTE: CN - SIPP® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	7.594	8.216	8.543
Ativo	7.594	8.216	8.543
Inativo	7.140	7.700	8.072
Pensionista	427	492	435
Receita de Contribuições Patronais	27	24	36
Ativo	5.357	20.628	13.916
Inativo	5.357	20.628	13.916
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	2.877	6.588	8.092
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	2.877	6.588	8.092
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	20
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	20
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	175	148	0
Amortização De Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I+III-II)	16.003	35.580	30.571

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
Benefícios			
Aposentadorias	12.693	13.859	0
Pensões por Morte	10.534	11.775	0
Outras Despesas Previdenciárias	2.159	2.084	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	12.693	13.859	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = IV - V	3.310	21.721	30.571

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022
VALOR	0	0	0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR	0	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
Caixa e Equivalente de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outros Bens e Direitos	0	0	0

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2024

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX)=(VII+VIII)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
Benefícios	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI)=(IX-X)	0	0	0
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
Caixa e Equivalente de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outros Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
Receitas Correntes	445	1.460	1.600
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	445	1.460	1.600
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES - (XIII)			
Pessoal e Encargos Sociais	1.111	1.386	0
Demais Despesas Correntes	695	663	0
DESPESAS DE CAPITAL - (XIV)	416	723	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	2	0	0
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	1.113	1.386	0
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalente de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outros Bens e Direitos	0	0	0

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	2020	2021	2022
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)	0	0	0

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	2020	2021	2022
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0	0	0

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0	0	0
--	---	---	---

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	R\$ milhares Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex. ant.)+(c)
2022	-----	-----	-----	167.520
2023	26.964	21.487	5.477	172.997
2024	25.712	21.040	4.672	177.669
2025	24.599	20.512	4.087	181.756
2026	23.456	20.269	3.187	184.943
2027	22.331	19.962	2.369	187.312
2028	21.276	19.636	1.640	188.952
2029	20.263	19.453	810	189.762
2030	19.300	19.035	265	190.027
2031	18.368	18.659	-291	189.736
2032	17.418	18.527	-1.109	188.627
2033	16.473	18.154	-1.681	186.946
2034	15.549	18.107	-2.558	184.388
2035	14.697	18.053	-3.356	181.032
2036	13.855	17.822	-3.967	177.065
2037	12.922	17.707	-4.785	172.280
2038	12.063	17.522	-5.459	166.821
2039	11.291	17.576	-6.285	160.536
2040	10.529	17.347	-6.818	153.718
2041	9.740	17.270	-7.530	146.188
2042	8.946	17.152	-8.206	137.982
2043	8.180	17.357	-9.177	128.805
2044	7.460	17.042	-9.582	119.223
2045	6.788	16.148	-9.360	109.863
2046	6.188	15.072	-8.884	100.979
2047	5.610	14.526	-8.916	92.063
2048	5.096	13.914	-8.818	83.245
2049	4.662	13.048	-8.386	74.859
2050	4.275	12.116	-7.841	67.018
2051	3.879	11.104	-7.225	59.793
2052	3.531	10.388	-6.857	52.936
2053	3.227	9.763	-6.536	46.400
2054	2.935	8.960	-6.025	40.375
2055	2.653	8.136	-5.483	34.892
2056	2.372	7.309	-4.937	29.955
2057	2.113	6.620	-4.507	25.448
2058	1.886	5.896	-4.010	21.438
2059	1.659	5.225	-3.566	17.872
2060	1.446	4.551	-3.105	14.767
2061	1.251	3.956	-2.705	12.062
2062	1.066	3.375	-2.309	9.753
2063	910	2.882	-1.972	7.781
2064	752	2.379	-1.627	6.154

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex. ant.)+(c)
2065	602	1.908	-1.306	4.848
2066	473	1.504	-1.031	3.817
2067	354	1.129	-775	3.042
2068	264	846	-582	2.460
2069	196	627	-431	2.029
2070	136	436	-300	1.729
2071	105	336	-231	1.498
2072	79	254	-175	1.323
2073	60	193	-133	1.190
2074	42	136	-94	1.096
2075	25	81	-56	1.040
2076	17	56	-39	1.001
2077	12	38	-26	975
2078	8	25	-17	958
2079	6	19	-13	945
2080	4	13	-9	936
2081	2	7	-5	931
2082	2	5	-3	928
2083	1	3	-2	926
2084	1	2	-1	925
2085	1	1	0	925
2086	1	1	0	925
2087	1	1	0	925
2088	1	1	0	925
2089	1	1	0	925
2090	1	1	0	925
2091	1	1	0	925
2092	1	1	0	925
2093	1	1	0	925
2094	1	1	0	925
2095	1	1	0	925
2096	1	1	0	925
2097	0	0	0	925

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2024

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.

Os valores acima foram extraídos do cálculo atuarial base 31/12/2022.

MLDO tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.2 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Financeiro
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d) = (d ex. ant.) + (c)
2022	-----	-----	-----	0
2023	0	0	0	0
2024	0	0	0	0
2025	0	0	0	0
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.2 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Financeiro
2024

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Exercicio	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.2 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Financeiro
2024

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.

ML00 tabela 6.2 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2024	2025	2026	
TOTAL			0	0	0	-

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Município de CAIEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2024
Aumento Permanente de Receita	
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0
Impacto de Novas DOCCs	0
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.

Município de CAIEIRAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 Demonstrativo de riscos fiscais e providências
 2024

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em processo de reconhecimento	500	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS Aumento da arrecadação de Dívida Ativa	500
Outros Passivos Contingentes	500	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS Aumento da receita própria	500
Subtotal	1.000	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS Redução de despesas de custeio	100
	1.100	Subtotal	1.100

DEMAIS RISCOS FISCAIS		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	100	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS Aumento da arrecadação de Dívida Ativa	100
Subtotal	100	Subtotal	100
Total	1.200	Total	1.200

*FONTE: CN - SIPENº - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM: O Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, foi criado pela lei complementar nº 4397/2010.



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0001 PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo :

Manter o Poder Legislativo em pleno funcionamento para a execução de suas funções institucionais.

Órgão Responsável Principal : 01.01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Indicador :

Unidade de Medida

SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINARIAS E EXTRAORDINARIAS REALIZADAS

UNIDADE

Índice mais Recente

49

Índice Futuro 2024

55

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023

Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1001 OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES NA CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	OBRAS EXECUTADAS PELO PODER LEGISLATIVO	0	954	70	924
2001 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	NÃO APLICÁVEL	0	12	0	12
2002 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	100	2.942	905	3.847
2003 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES - CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	NÃO APLICÁVEL	0	13.117	0	13.117
2004 BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES - CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	BENEFÍCIOS GARANTIDOS EM LEI	13	2.000	0	2.000
Total do Programa				10.925	975	19.900



Programa : 0002 GESTAO GOVERNAMENTAL

Objetivo :

Administracao da informacoes e conflitos, atuacao de negociacao e articulacao entre as diversas areas e niveis de governo, facilitando a utilizacao eficiente, eficaz e efetiva dos recursos disponiveis.

Orgao Responsavel Principal : 02.01.01 GABINETE DO PREFEITO

Indicador :

Unidade de Medida

Indice mais Recente

Indice Futuro 2024

CAPACIDADE RESOLUTIVA DAS DEMANDAS

% PERCENTUAL

0

94

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024			Total
				Desp Correntes	Desp de Capital		
2005 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - GABINETE DO PREFEITO	GABINETE	NAO APLICAVEL	0	16	0		16
2006 GESTAO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO	GABINETE	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	100	596	10		596
2007 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - GABINETE DO PREFEITO	GABINETE	NAO APLICAVEL	0	4.060	0		4.060
2008 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	COMUNICACAO	RED COMUNICACAO SOCIAL DIARIA NAS REDES SOCIAIS OF UNIDADE	8	1.771	0		1.771
2009 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SUBPREFEITURA	SUBPREFEITUR A	MANUTENCAO DA SUBPREFEITURA	100	126	10		136
2010 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SUBPREFEITURA	SUBPREFEITUR A	NAO APLICAVEL	0	255	0		255
2160 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO	COMUNICACAO	NAO APLICAVEL	0	46	0		46
2161 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO	COMUNICACAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO	100	75	10		85
2162 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO	COMUNICACAO	NAO APLICAVEL	0	451	0		451
2168 MANUTENCAO DOS SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E CUIDADORIA	GABINETE	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	100	76	2		78
Total do Programa				7.462	32		7.494



Programa : 0003 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO

Objetivo : Exercer as atribuições constitucionais. Proporcionar representação jurídica na proteção do interesse público municipal

Orgao Responsavel Principal : 02.02.01 SECRETARIA MUN DE ASSUNTOS JURIDICOS

Unidade de Medida

Indice rais Recente

Indice Futuro 2024

NUMERO DE PARECERES JURIDICOS EMITIDOS

UNIDADE
DIREC

1.200 17

1.825 11

17

124

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
2011 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS	ASSUNTOS JUR IDICOS	NAO APLICAVEL	0	30	0	30
2012 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS	ASSUNTOS JUR IDICOS	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURIDICOS	100	83	10	93
2013 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS	ASSUNTOS JUR IDICOS	NAO APLICAVEL	0	1.759	0	1.759
2014 TUTELA JURISDICCIONAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS	ASSUNTOS JUR IDICOS	PROCESSOS ANALISADOS	14355	590	10	600
2015 FUNDO DE HONORARIOS E ENCARGOS ADVOCATICIOS	FHEA	MAN DO FUNDO DE HONORARIOS E ENCARGOS ADVOCATICIOS	100	1.055	0	1.055
2016 RESERVA DO FUNDO DE HONORARIOS E ENCARGOS ADVOCATICIOS	FHEA	RECURSOS DO FHEA APLICADOS	10	103	7	110
			Total do Programa	3.620	27	3.647



NETAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0005 DEMOCRATIZAÇÃO MODERNIZAÇÃO GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO

Objetivo :

Garantir um padrão de qualidade social a educação, a partir de ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos e assegurem o acesso a espaços e materiais potentes, cuidados, otimizados e qualificados, subsidiando e efetivando condições para o desenvolvimento dos projetos políticos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação e das escolas, intensificando também as ações de valorização dos profissionais da educação, bem como dos seus processos formativos.

Órgão Responsável Principal : 02.03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Indicador :

Unidade de Medida		Índice mais Recente	Índice Futuro 2024
NOTA % PERCENTUAL		6,40 99,80	6,80 100

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023			
Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física
2017 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	NÃO APLICÁVEL	0
2018 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	100
2019 ESTÍMULO AO ESTÁGIO	EDUCAÇÃO	VAGAS OFERTADAS PARA ESTÁGIO	70
2020 BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS	EDUCAÇÃO	BENEFÍCIOS GARANTIDOS EM LEI	13
2021 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	EDUCAÇÃO	NÃO APLICÁVEL	0
2022 VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CAPACITADOS	100
2023 PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA	EDUCAÇÃO	BENEFÍCIO DE PROGRAMAS DE AUXÍLIO SOCIAL E ECONÔMICO	300
2024 AUXÍLIO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	EDUCAÇÃO	ESTUDANTES BENEFICIADOS COM AUXÍLIO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	40
Total do Programa			24.913
			104
			25.017

MUNICIPIO DE CAIEIRAS

ELABORACAO DA LDO-2024

NETAS E PRIORIDADES PARA 2024

CR-SIFPM



Programa : 0006 AMPLIACAO DO ACESSO E MELH DA QUALIDADE EDUC INFAN

Objetivo :
Criar as condicoes necessarias para garantir o acesso e a permanencia dos bebês e crianças nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, entendendo acoes que qualifiquem socialmente a educacao e garantam o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade.

Orgao Responsavel Principal : 02.03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

Indicador :		Unidade de Medida	Indice mais Recente	Indice Futuro 2024
AMPLIACAO DO ATENDIMENTO A DEMANDA NA EDUCACAO INFANTIL		% PERCENTUAL	55	70
AUMENTO NO INVESTIMENTO EM EDUCACAO INFANTIL		% PERCENTUAL	0	15

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023				Valores 2024		
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1002 CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES DE EDUCACAO INFANTIL	EDUCACAO	UNID ED INF CONSTRUIDAS, REFORMADAS OU AMPLIADAS	5	568	1.391	1.959
2025 MANUTENCAO E OPERACAO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	EDUCACAO	MANUTENCAO DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	100	10.547	52	10.599
2026 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - EDUCACAO INFANTIL	EDUCACAO	NÃO APLICAVEL	0	41.809	0	41.809
2027 TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL	EDUCACAO	CUSTO ANUAL DO ALUNO DA ED INFANTIL TRANSPORTADO	2300	208	2	210
2032 EDUCACAO ESPECIAL	EDUCACAO	MATRICULAS NA EDUCACAO ESPECIAL	95	992	5	997
Total do Programa				54.124	1.450	55.574



METAS E PRIORIDADES PNEA 2024

Programa : 0007 GARANTIA DE ACESSO, PERMANENCIA E MELHORIA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo :

Criar as condicoes necessarias para garantir o acesso e a permanencia das criancas, jovens e adultos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, empreendendo acoes que qualifiquem socialmente a educacao e garantam o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade.

Orgao Responsavel Principal : 02.03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

Indicador :

Unidade de Medida

Indice mais Recente

Indice Futuro 2024

REDUCAO DA TAXA DE REPROVACAO

% PERCENTUAL

0,20

0,10

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024			Total
				Desp Correntes	Desp de Capital		
1003 CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCACAO	UN ED FUND CONSTRUIDAS, REFORMADAS OU AMPLIADAS	2	256	1.435		1.693
2028 MANUTENCAO E OPERACAO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCACAO	MANUTENCAO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	100	9.748	155		9.903
2029 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCACAO	NAO HA	0	32.340	0		32.340
2030 TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCACAO	CUSTO ANUAL DO ALUNO DO FUNDAMENTAL TRANSPORTADO	2300	10.337	52		10.389
2031 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCACAO	MATRICULAS NA EJA	282	877	10		887
2032 EDUCACAO ESPECIAL	EDUCACAO	MATRICULAS NA EDUCACAO ESPECIAL	23	2.084	5		2.089
Total do Programa				55.644	1.657		57.301



Programa : 0008 SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo :

Atender as necessidades nutricionais dos alunos no periodo em que permanecem na escola, contribuir para a promocao de habitos alimentares saudaveis e respeitar a cultura alimentar e vocacao agricola de cada regioao. A alimentacao saudavel e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar.

Orgao Responsavel Principal : 02.03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

Indicador :

Unidade de Medida

Indice mais Recente

Indice Futuro 2024

ALUNOS BENEFICIADOS COM A ALIMENTACAO ESCOLAR

UNIDADE

10.151

10.710

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
2033 GESTAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR	EDUCACAO	MANUTENCAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR	100	125	10	135
2034 ALIMENTACAO ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	EDUCACAO	REFEICOES DISTRIBUIDAS/ANO NAS CRECHES	1760000	2.325	0	2.325
2035 ALIMENTACAO ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL - PRE ESCOLA	EDUCACAO	REFEICOES DISTRIBUIDAS/ANO NAS PRE-ESCOLAS	1320000	2.815	0	2.815
2036 ALIMENTACAO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCACAO	REFEICOES DISTRIBUIDAS/ANO NO ENSINO FUNDAMENTAL	2240000	4.628	0	4.628
2037 ALIMENTACAO ESCOLAR - EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCACAO	REFEICOES DIST/ANO NA ED DE JOVENS E ADULTOS	42000	34	0	34
2038 ALIMENTACAO ESCOLAR - EDUCACAO ESPECIAL	EDUCACAO	REFEICOES DISTRIBUIDAS/ANO NA EDUCACAO ESPECIAL	4000	26	0	26
Total do Programa				9.953	10	9.963



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0009 GESTÃO DO SUS

Objetivo :

Definir mecanismos de controle e avaliação dos serviços de saúde, monitorar o nível de saúde da população, gerenciar e aplicar os recursos orçamentários e financeiros, definir políticas de recursos humanos, realizar o planejamento de curto e médio prazo e promover a articulação de políticas de saúde, entre outras ações. Fortalecer a gestão estratégica e participativa da Saúde no Município de Caieiras, com foco no desenvolvimento de políticas e ações de gestão do trabalho, educação, ciência, tecnologia e inovação em saúde, par a aprimoramento das redes de atenção e da vigilância em saúde.

Órgão Responsável Principal : 02.04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Indicador :

Unidade de Medida : % PERCENTUAL

Índice mais Recente

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES QUE ATENDEM AO SUS COM VÍNCULOS PROTEGIDOS

82,16

Índice Futuro 2024

70

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023

Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
2019 ESTÍMULO AO ESTÁGIO	SAÚDE	VAGAS OFERTADAS PARA ESTÁGIO	22	124	0	124
2020 BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS	SAÚDE	BENEFÍCIOS GARANTIDOS EM LEI	13	2.193	0	2.193
2023 PROTEÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA	SAÚDE	BENEFÍCIO DE PROGRAMAS DE AUXÍLIO SOCIAL E ECONÔMICO	100	773	0	773
2039 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SAÚDE	NAO APLICÁVEL	0	97	0	97
2040 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SAÚDE	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	100	1.549	15	1.564
2041 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	SAÚDE	NAO APLICÁVEL	0	4.398	0	4.398
2042 EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	SAÚDE	NÚMERO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS REALIZADAS AO ANO	24	25	5	30
2043 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA SAÚDE	SAÚDE	NÚM DE UNIDADES DE SAÚDE INFORMATIZADAS E EM REDE	27	1.395	52	1.447
2044 CONTROLE SOCIAL NO SUS	SAÚDE	N DE REUNIÕES DO CONSELHO MUN DE SAÚDE REALIZADAS	12	11	5	16
Total do Programa				10.565	77	10.642

MUNICIPIO DE CAIEIRAS
ELABORACAO DA LDO-2024

NETAS E PRIORIDADES PARA 2024

CN-SIFPM



Programa : 0010 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE

Objetivo : Acoes de saude, no ambito individual e coletivo, que abrangam e a promoco e a protecao da saude, a prevencao de agravos, o diagnostico, o tratamento, a rehabilitacao, a reducao de danos e a manutencao da saude com o objetivo de desenvolver uma atencao integral que impacte positivamente na situacao de saude das coletividades. Garantir o acesso da populacao a saude em tempo oportuno, aperfeiçoar a qualidade dos servicos e a saude e promover o cuidado integral as pessoas em seus diferentes ciclos de vida no ambito da Atencao Basica.

Orgao Responsavel Principal : 02.04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade de Medida

Indice mais Recente

62,24

Indicador :

COBERTURA DA ATENCAO BASICA

% PERCENTUAL

Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1004 INVESTIMENTO NA ATENCAO PRIMARIA	SAUDE	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS CONSTRUIDOS/AMPLIADOS	1	0	1.121	1.121
2045 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	SAUDE	NAO APLICAVEL	0	13.726	0	13.726
- ATENCAO PRIMARIA	SAUDE	EQUIPES DE SAUDE DA FAMILIA	3	8.171	21	8.192
2046 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS	SAUDE	COBERTURA AB SAUDE BUCAL	41	462	10	472
2047 SAUDE BUCAL	SAUDE	MEDIA DE FORMULAS/SUPLEMENTOS DISPENSADOS	9521	99	0	99
2048 VIGILANCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	SAUDE					
Total do Programa				22.456	1.152	23.610



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0011 ASSIST DE MEDIA E ALTA COMPL AMBULATOR E HOSPITALAR

Objetivo :

Acoes e servicos que visam atender aos principais problemas e agravos da saude da populacao, cuja complexidade da assistencia na pratica clinica demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilizacao de recursos tecnologicos, para o apoio diagnostico e tratamento. Garantir o acesso da populacao em tempo oportuno, aperfeiçoar a qualidade dos servicos de saude e promover o cuidado integral as pessoas em seus diferentes ciclos de vida no ambito da atencao especializada e de atencao as urgencias.

Orgao Responsavel Principal : 02.04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Indicador :

Unidade de Medida
UNIDADE
UNIDADE

Índice mais Recente

921.606
753

Índice Futuro 2024

1.226.557
1.002

Valores Expressos em R\$ milhares meios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1005 INVESTIMENTO NA ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SAUDE	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS CONSTRUIDOS/AMPLIADOS	1	0	310	310
2049 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ATENCAO DE MAC	SAUDE	NAO APLICAVEL	0	5.336	0	5.336
2050 ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	SAUDE	MEDIA DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS	230835	48.313	5	48.318
2051 ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS NR MAC	SAUDE	MEDIA PROCC AMBULATORIAIS DE MEDIA COMPLEXIDADE/NES	102221	3.706	5	3.711
2052 SAUDE MENTAL	SAUDE	NUMERO DE USUARIOS ATIVOS DO CAPS	880	713	31	744
2053 REABILITACAO EN SAUDE	SAUDE	NUMERO DE ORVE FORNECIDAS	12	31	10	41
2054 ATENCAO A SAUDE DA MULHER	SAUDE	ACOES EXCLUSIVAS A SAUDE DA MULHER OFERTADAS	14907	12	9	21
2055 SERVICO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR	SAUDE	MEDIA DE ATENDIMENTOS DA ATENCAO DOMICILIAR	2603	683	10	703
2056 TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO	SAUDE	MEDIA DE AUXILIOS PARA TFD FORNECIDOS	36	52	0	52
2057 REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA	SAUDE	NUMERO GERAL DE OCORRENCIAS ATENDIDAS	12221	339	5	344
2058 TRANSPORTE SANITARIO	SAUDE	ATEND MENSALS CAPATER ELET, REGUL, AGEND E S URGEN	2262	807	5	812
2059 UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	SAUDE	MEDIA CONS MED EM REGIME DE PRONTO ATENDIMENTO/ANO	296486	27	5	32
Total do Programa				60.029	395	60.424

CN-SIFPM



MUNICIPIO DE CATEIRAS
ELABORACAO DA LDO-2024

CONAM

0012

ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Objetivo :

Abastecimento de medicamentos em todas e em cada uma de suas etapas constitutivas, a conservacao e o controle de qualidade, a seguranc a e eficacia terapeutica dos medicamentos, o acompanhamento e a avaliacao da utilizacao, a obtencao e a difusao de informacao sobre medicamentos e a educacao permanente dos profissionais de saude, do paciente e da comunidade para assegurar o uso racional de medicamentos.

Orgao Responsavel Principal : 02.04.01

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Indicador :

Unidade de Medida

NUMERO DE ITENS DISPONIVEIS NA REMUNE

UNIDADE

Indice mais Recente

263

Indice Futuro 2024

256

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1006 INVESTIMENTO NA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	SAUDE	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS EQUIPADOS	2	0	5	
2060 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	SAUDE	NAO APLICAVEL	0	446	446	
- ASSISTENCIA FARMACEUTICA						
2061 COMPONENTES BASICOS, ESTRATEGICOS E ESPECIALIZADOS	SAUDE	PRESCRICOES MEDICAS ATENDIDAS COM MEDIC DA REMUNE	144150	9.841	9.846	
Total do Programa			10.287	10	10.297	



Programa : 0013 VIGILANCIA SANITARIA

Objetivo : Acoes capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos a saude e de intervir nos problemas decorrentes do meio ambiente, da producao e circulacao de bens e da prestacao de servicos de interesse da saude. Reduzir e prevenir riscos relacionados a saude da populacao por meio das acoes da vigilancia sanitaria, promocio de saude e prevencao de doencas.

Orgao Responsavel Principal : 02.04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Indicador : Unidade de Medida

Indice mais Recente

2.316

Indice Futuro 2024

3.072

NUMERO DE ACOES ANUAIS DE INSPECCAO SANITARIA

UNIDADE

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024			Total
				Desp Correntes	Desp de Capital		
2062 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - VIGILANCIA SANITARIA	SAUDE	NRO APLICAVEL	0	662	0	662	
2063 ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA	SAUDE	PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS VITORIAADOS	100	710	52	762	
Total do Programa				1.372	52		1.424

Programa : 0014 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA										
Objetivo : Acoes que proporcionam o conhecimento, a deteccao ou prevencao de qualquer mudanca nos fatores determinantes e condicionantes de saude individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevencao e controle das doencas ou agravos.										
Orgao Responsavel Principal : 02.04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
Indicador :			Unidade de Medida		Indice mais Recente		Indice Futuro 2024			
NUM DE CASOS DE DOENCAS DE NOTIF COMP IMEDIATA NOTIFICADOS			UNIDADE		599		525			
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023										
Acao	2065 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 2066 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE 2067 VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DAS IST/AIDS 2167 CONTROLE DE ZOONCOSES	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024					
					NAO APLICAVEL	NAO HA	0	1.716	0	1.716
SAUDE		N CICLOS MIN 80% COBERT IMOV VIS CONTROL VET DENGU % PERCENTUAL		4	518	5	523			
SAUDE		N ACOES VIG, PREV CONTR DA DST/AIDS E HEP VIRALS R % PERCENTUAL		2	136	5	141			
SAUDE		PRG DE CONTROLE ZOONCOSES EXISTENTES NO MUNICIPIO UNIDADE		4	207	5	212			
Total do Programa					2.579		15		2.594	

Programa : 0016 PLANEJAMENTO URBANO									
Objetivo : A ocupacao e o desenvolvimento dos espacos habitaveis, seja na areas urbanas ou na cidade, nao podem ocorrer de forma me ramente acidental, sob as forcas dos interesses privados e da coletividade. Ao contrario, sao necessarios profundos es tudos acerca da natureza da ocupacao, sua finalidade, avali acao da geografia local, da capacidade de comportar essa a utilizacao sem danos para o meio ambiente, de for ma a permitir boas condicoes de vida para as pessoas, permi tindo o desenvolvimento economico-social, harmonizando os i ntereses particulares e os da coletividade. E, exatament e, para que todas essas variaveis apontem num mesmo sentido, necessario se faz um planejamento urbanistico, p ermitindo, desse modo, o desenvolvimento saudavel e integ rado das comunidades.									
Orgao Responsavel Principal : 02.05.01 SECRETARIA MUN DE OBRAS E PROJETO									
Indicador : Unidade de Medida Indice mais Recente 17,28 Indice Futuro 2024 17,70									
INVESTIMENTO PUBLICO EM INFRAESTRUTURA COMO PROPORCAO DO PIB									
% PERCENTUAL									
Valores Expressos em R\$ milhares metricos / 2023									
Valores 2024									
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total			
1007 CONSTRUCAO, REFORMA OU AMPLIACAO DE EQUIPAMENTOS E AREAS PUBLICAS	OBRAS	PROJETOS EM EXECUCAO	UNIDADE	19	72	1.970	2.042		
1008 EXTENSAO DE REDE DE ILUMINACAO PUBLICA	OBRAS	PROLONGAMENTO DA REDE ILUM PUBLICA EXISTENTE	% PERCENTUAL	4	0	103	103		
1009 OBRAS CICLOVIARIAS	OBRAS	IMPLANTACAO DE CICLOVIAS E CICLOFAIXAS	% PERCENTUAL	1	104	104	208		
1010 OBRAS DE ADEQUACAO PARA ACESSIBILIDADE DE PORTADOR ES DE DEFICIENCIAS FISICAS	OBRAS	POPULACAO RESIDENTE COM DEFICIENCIA MOTORA	PESSOAS	4264	20	53	73		
1011 OBRAS DE ABERTURA, ALARGAMENTO E DUPLICACAO DE VIA S PUBLICAS	OBRAS	PROJETOS EM EXECUCAO	UNIDADE	2	10	1.262	1.272		
2070 PAVIMENTACAO E RECREPAMENTO ASFALTICO	OBRAS	VIAS PAVIMENTADAS E/OU RECAPADAS	KMS - QUILOMETROS	6	7.828	5	7.833		
2071 MANUTENCAO E CONSERVACAO PERMANENTE DE EQUIPAMENTO S E AREAS PUBLICAS	OBRAS	EQUIPAMENTOS E AREAS PUBLICAS MANTIDOS	% PERCENTUAL	100	8.961	52	9.013		
2072 ILUMINACAO PUBLICA	OBRAS	ATIVOS DO PARQUE DE ILUMINACAO PUBLICA MANTIDOS	UNIDADE	9081	6.421	0	6.421		
2073 LINHA DE VIAS PUBLICAS	OBRAS	VARRICAO DE VIAS PUBLICAS/MES	KMS - QUILOMETROS	41	2.318	0	2.318		
2074 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA M UNICIPAL DE OBRAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS	OBRAS	NAO APLICAVEL	NAO HA	0	52	0	52		



2075 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS	OBRAS	MANUT DA SECR OBRAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS	% PERCENTUAL	100	2.080	21	2.101
2076 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	OBRAS	NAO APLICAVEL	NAO HA	0	9.015	0	9.015
- SECR MUN DE OBRAS, MEIO AMBIENTE E PROJETOS							
Total do Programa					36.881	3.570	40.451



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0017 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivo :

Promover a conservação da diversidade biológica, a proteção e a fiscalização ambiental no município, contribuindo com a redução das perdas de biodiversidade, de serviços ecossistêmicos e das fragmentações das paisagens.

Órgão Responsável Principal : 02.05.01 SECRETARIA MUN DE OBRAS E PROJETO

Indicador :

Unidade de Medida

Índice mais Recente

Índice Futuro 2024

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO

57,90

59,40

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023

Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1012 OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	PROJETOS AMBIENTAIS EM ANDAMENTO	6	0	155	155
2077 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PROTEÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	3	137	21	158
2078 FISCALIZAÇÃO E CONCILIAÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL APLICADOS	35	53	5	58
2079 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	MEIO AMBIENTE	ACOES DE EDUCACAO AMBIENTAL	6	16	5	21
2080 LIMPEZA, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CORREGOS E RIOS	MEIO AMBIENTE	DOENCAS RELAC AO SANEAMENTO AMBIENTAL INADEQUADO	13	83	73	156
2081 ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	FUNDO MEIO AMBIENTE	APLICACAO DO RECURSO DO FUNDO	100	26	1	27
2164 DESPESA SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	MEIO AMBIENTE	NAO APLICAVEL	0	20	0	20
2165 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	MEIO AMBIENTE	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	100	85	1	86
2166 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	MEIO AMBIENTE	NAO APLICAVEL	0	1.591	0	1.591
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE						
Total do Programa				2.011	261	2.272

CN-SIFEM		MUNICIPIO DE CAIEIRAS		CONAM					
		ELABORACAO DA LDO-2024							
		METAS E PRIORIDADES PARA 2024							
Programa : 0018 DIFUSAO CULTURAL E ESTIMULO TURISTICO									
Objetivo : Promover o desenvolvimento da cultura, turismo e economia c riativa do município de Caiçaras, incentivando a cadeia art ística e cultural, por meio de fomento direto e indireto, g arantindo a produção e a difusão cultural, a preservação do patrimônio, a inovação, a pesquisa e a formação cultural.									
Órgão Responsável Principal : 02.06.01 SECRETARIA MUN DA ACRO CULTURAL E TURISM									
Indicador :		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Índice Futuro 2024					
PARTICIPACAO DA POPULACAO EM EVENTOS PUBLICOS		% PERCENTUAL	6	10					
Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023									
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024					
				Desp Correntes	Desp de Capital				
				2013 OBRAS DE REVITALIZACAO, CONSTRUCAO E INFRAESTRUTUR	2	91	113	20	
				A DE EQUIPAMENTOS PUBLICOS DE INTERESSE TURISTICO	100	85	310	39	
				1014 OBRAS DE CONSTRUCAO, AMPLIACAO E CONSERVACAO DO PA	0	10	0	1	
				TRIMONIO CULTURAL	100	245	21	26	
				2082 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA M	0	1.733	0	1.73	
				UNICIPAL DA ACRO CULTURAL E TURISMO	10	579	10	58	
				2083 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA A	9	416	5	42	
				CAO CULTURAL E TURISMO	100	21	1	2	
				2084 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	100	15	1	1	
				- SECRETARIA MUNICIPAL DE ACRO CULTURAL E TURISMO	18	1.338	1	1.33	
				2085 ACESSO A CULTURA					
				2086 FOMENTO AO TURISMO					
2087 ACOES DO FUNDO DE PROTECAO DO PATRIMONIO CULTURAL									
2088 ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO									
2163 PROMOCAO DE EVENTOS									
Total do Programa			4.533	462	4.99				



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0019 GESTÃO ESTRATÉGICA

Objetivo :

Mantor a administracao publica em pleno funcionamento, com permanente evolucao e inovacao na prestacao dos servicos publicos, com agilidade e eficiencia.

Orgao Responsavel Principal : 02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Indicador :

Unidade de Medida
% PERCENTUAL

Indice mais Recente

Indice Futuro 2024

ECONOMIA OBTIDA NA REVISAO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

15

20

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
2020 BENEFICIOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS	ADMINISTRACAO	BENEFICIOS GARANTIDOS EM LEI	13	6.630	0	6.630
2089 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO	NAO APLICAVEL	0	31	0	31
2090 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUN DE ADMINISTRACAO	100	3.834	1.695	5.529
2091 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	ADMINISTRACAO	NAO APLICAVEL	0	3.728	0	3.728
2092 CAPACITACAO PERMANENTE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	ADMINISTRACAO	PROJETOS DE CAPACITACAO DO FUNCIONALISMO	5	62	10	72
2093 TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	ADMINISTRACAO	SISTEMAS DE INFORMACAO GERIDOS PELA TI	10	2.591	21	2.602
2094 APOIO A OUTROS ORGaos	ADMINISTRACAO	CONVENIOS FIRMADOS COM OUTROS ENTES DA FEDERACAO	13	236	0	236
2095 PUBLICIDADE LEGAL	ADMINISTRACAO	VEICULACAO DE ATOS LEGAIS	63	670	0	670
Total do Programa				17.772	1.726	19.498



Programa : 0020 QUALIDADE DE VIDA

Objetivo :

Estimular e fomentar o esporte e lazer, visando a melhoria da qualidade de vida da população, formulando políticas públicas, coordenando e implementando ações governamentais e incentivando em suas diversas modalidades.

Orgão Responsável Principal : 02.06.01 SECRETARIA MUN DE ESPORTES, LAZER JUVENTU

Indicador :

Unidade de Medida

Índice mais Recente

Índice Futuro 2024

EVENTOS DE ESPORTE COORDENADOS PELO MUNICÍPIO/ANO

UNIDADE

49

73

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023

Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2024			Total
				Desp Correntes	Desp de Capital		
1015 OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESPORTIVOS E DE LAZER	ESPORTES	OBRAS DE ESPORTE E LAZER	4	10	371		381
2096 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	ESPORTES	NAO APLICAVEL	0	31	0		31
2097 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	ESPORTES	MANUTENÇÃO DA SECR DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	100	1.048	5		1.053
2098 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SECRETARIA MUN DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	ESPORTES	NAO APLICAVEL	0	2.929	0		2.929
2099 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER	ESPORTES	MODALIDADES ESPORTIVAS OFERTADAS PELO MUNICÍPIO	38	826	15		841
2100 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE	ESPORTES	AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A JUVENTUDE	38	16	4		20
2101 AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES	FME	APLICAÇÃO DO RECURSO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE	100	6	1		7
Total do Programa				4.856	396		5.252



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0021 GESTAO DO SUAS

Objetivo :

Promover a estruturacao do trabalho, qualificacao e valorizacao dos trabalhadores atuantes no SUAS; estabelecer parâmetros que garantam a qualidade da execucao dos servicos; estabelecer politica de educacao permanente que promova a qualificação dos trabalhadores, gestores e conselheiros da area; realizar planejamento estrategico; garantir a gestao participativa com controle social; integrar e alimentar os sistemas de informacao.

Orgao Responsavel Principal : 02.09.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Indicador : Unidade de Medida % PERCENTUAL

Indice mais Recente

0,87

Indice Futuro 2024

1

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
2019 ESTIMULO AO ESTAGIO	FMS	VAGAS OFERTADAS PARA ESTAGIO	8	22	0	22
2020 BENEFICIOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS	FMS	BENEFICIOS GARANTIDOS EM LEI	13	931	0	931
2023 PROMOCAO DA INCLUSAO SOCIAL E ECONOMICA	FMS	BENEFICIO DE PROGRAMAS DE AUXILIO SOCIAL E ECONOMICO	20	173	0	173
2102 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FMS	NAO APLICAVEL	0	46	0	46
2103 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FMS	NANTENCAO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	100	459	21	480
2104 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	FMS	NAO APLICAVEL	0	1.773	0	1.773
- GESTAO DO SUAS	FMS	PROFISSIONAIS DO SUAS CAPACITADOS	100	77	5	82
2105 EDUCACAO PERMANENTE PARA TRABALHADORES DO SUAS	FMS	INDICE DE GESTAO DESCENDENTE MUN DO PROG BOLSA FAMILIA	1	35	36	71
2106 GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO UNICO	FMS	ATENDIMENTO A VIOLACAO DE DIR DA CRIANCA E ADOL/MES	80	367	5	392
2107 SUPORTE AS ACOES DO CONSELHO TUTELAR	FMS	REUNIOES DELIBERATIVAS DO COM/ANO	29	32	5	37
2108 CONTROLE SOCIAL NO SUAS - CONSELHOS DE DIREITOS	FMS	PROVISOES SUPLENTERES E PROVISORIAS CONCEDIDAS	4	379	0	379
2109 CONCESSAO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	FMS	APLICACAO DO RECURSO DO FUNDICAD	100	2	1	3
2110 ACOES DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	FMS	NAO APLICAVEL	0	31	0	31
2111 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	FMS	APLICACAO DO RECURSO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	100	1.824	1.002	2.826
2112 ACOES DO FUNDO SOCIAL SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	FMS	EVENTOS REALIZADOS / ANO	4	309	0	309
2163 PROMOCAO DE EVENTOS	FMS					



Total do Programa			
	6.480	1.075	7.555



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0022 PROTECAO SOCIAL BASICA

Objetivo :

Prevenir situacoes de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisicoes e o fortalecimento de vinculos familiares e comunitarios. Destina-se a populacao que vive em situacao de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privacao (ausencia de renda, prescario ou nulo acesso aos servicos publicos, dentre outros) e/ou fragilizacao de vinculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (das criminacoes etarias, etnicas, de genero ou por deficiencias, dentre outras).

Orgao Responsavel Principal : 02.09.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Indicador : Unidade de Medida

Indice mais Recente

Indice Futuro 2024

SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA OFERTADOS NO MUNICIPIO

2

3

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1016 INVESTIMENTO NA PROTECAO SOCIAL BASICA	FMAS	OBRAS NA PROTECAO SOCIAL BASICA	2	0	64	64
2113 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	FMAS	NAO APLICAVEL	0	1.453	0	1.453
- PROTECAO SOCIAL BASICA						
2114 PROTECAO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA	FMAS	FAMILIAS ATENDIDAS PELO CRAS/MES	1200	192	5	197
2115 CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	FMAS	GRUPOS DE SCEV ATIVOS	40	797	5	802
2116 INCLUSAO PRODUTIVA E SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	FMAS	FAMILIAS EM NIVEL DE INSEGUALIDADE ATENDIDAS	80	374	52	426
2150 APOIO A PROJETOS PARA CRIANCA E AO ADOLESCENTE	FMAS	PROJETO APROVADO	3	227	0	227
2159 APOIO A PROJETOS PARA CRIANCA E AO ADOLESCENTE	FUNDACAO	PROJETO APROVADO	1	55	0	55
Total do Programa				3.098	126	3.224



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0023 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Objetivo :

Promover atencões socioassistenciais as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psicológicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Órgão Responsável Principal : 02.09.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Indicador :

Unidade de Medida

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL OFERTADOS NO MUNICÍPIO

Índice mais Recente

Índice Futuro 2024

7

6

Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2023

Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2024			Total
				Desp Correntes	Desp de Capital		
1017 INVESTIMENTO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	FMS	OBRS NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1	0	128		128
2117 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	FMS	NÃO APLICÁVEL	0	1.124	0		1.124
- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							
2118 PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVÍDUOS	FMS	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CREAS/MES	10000	231	5		236
2119 CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	FMS	ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATOS INFRAÇÃO EM MSE	30	17	1		18
2120 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	FMS	PESSOAS DEF E/OU IDOSAS ATEND/ACOMP EQUIPES SOCIAIS	470	107	10		117
2121 SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	FMS	ATENDIMENTOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA/MES	27	35	21		106
2122 ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	FMS	VAGAS DISPONÍVEIS EM ILPI	20	368	5		373
2123 ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	FMS	VAGAS DISPONÍVEIS EM ILPI	15	428	1		429
2124 ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA	FMS	VAGAS DISPONÍVEIS EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA	2	144	0		144
2125 ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	FMS	ATEND. SEGUR. FÍSICA E EMOCIONAL A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	10	124	0		124
2126 ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASA DE PASSAGEM	FMS	PESSOAS ACOLOH. CARÁTER TEMP/PERNOITE CASA PASSAGEM	15	433	0		433
2127 PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGENCIAS	FMS	PROVISÕES RESPOSTA A EVENTOS DE CALAMIDADES E EMERGENCIAS	100	105	10		115
Total do Programa				3.166	181		3.347



Programa : 0024 CRESCIMENTO ECON SUSTENTADO, INCLUSIVO SUSTENTAVEL

Objetivo : Promover politicas orientadas para o desenvolvimento que ap olem as atividades produtivas, geracao da emprego decente, emreendedorismo, criatividade e inovacao e incentivar a fo xmalizacao e o crescimento das micro, pequenas e medias emp resas, inclusive por meio do acesso a servicos financeiros.

Orgao Responsavel Principal : 02.10.01 SECRETARIA MUN DO DES ECONOMICO E EMPREG

Indicador : Unidade de Medida

R\$

Indice mais Recente

41.115,73

Indice Futuro 2024

47.596,69

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

		Valores 2024			
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital
1018 OBRAS, REFORMAS E AMPLIACAO DE EQUIPAMENTOS PUBLIC OS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.	DES. ECONOMI CO	OBRAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0	30	113
2128 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA M UNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E DO EMPREGO	DES. ECONOMI CO	NAO APLICAVEL	0	20	0
2129 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO D ESENVOLVIMENTO ECONOMICO E DO EMPREGO	DES. ECONOMI CO	MENUT DA SECRETARIA MUN DO DES ECONOMICO E EMPREGO 3 PERCENTUAL	100	136	21
2130 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SECRETARIA MUN DO DES ECONOMICO E DO EMPREGO	DES. ECONOMI CO	NAO APLICAVEL	0	914	0
2131 APOIO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS, EMPREENDEDORISMO, CRIATIVIDADE - CAIEIRAS EM ACO	DES. ECONOMI CO	INICIATIVAS DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	25	88	21
2132 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO, PESQUISA E INOVACAO - CAIEIRAS HUB	DES. ECONOMI CO	PROJ ESTRATEGIAS DES TECNOLOGICO, PESQUISA INOVACA UNIDADE	20	74	52
2133 FORMACAO, CAPACITACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL	DES. ECONOMI CO	VAGAS OFERTADAS CURSOS DE CAPACITACAO PROFISSIONAL UNIDADE	130	98	21
Total do Programa				1.360	228
					1.588

Programa : 0025 EMPREGO PLENO, PRODUTIVO E TRABALHO DESCENTE									
Objetivo : Propiciar a população em idade ativa e melhor idade alternativas de ocupação e renda, oferecendo qualificação profissional, orientação e oportunidades de colocação e/ou recolocação no mercado de trabalho, em consonância com o desenvolvimento econômico do município de Caiçaras.									
Orgão Responsável Principal : 02.10.01 SECRETARIA MUN DO DES ECONOMICO E EMPREG									
Indicador :		Unidade de Medida		Índice mais Recente		Índice Futuro 2024			
POPULACAO OCUPADA		% PERCENTUAL		23,30		32			
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023									
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida		Meta Fisica	Valores 2024		Total		
2019 ESTIMULO AO ESTAGIO 2023 PROMOCOA DA INCLUSAO SOCIAL E ECONOMICA 2134 POLITICAS PARA GERACAO DE EMPREGO - EMPREGA MAIS CAIEIRAS 2135 SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO	DES. ECONOMI CO	VAGAS OFERTADAS PARA ESTAGIO		100	551	0	551	551	
	DES. ECONOMI CO	BENEFIC DE PROGRAMAS DE AUXILIO SOCIAL E ECONOMICO		580	6.957	5	6.957	6.862	
	DES. ECONOMI CO	MEDIA DE ATENDIMENTOS MENSALIS NO PAT		5000	53	10	53	63	
	DES. ECONOMI CO	ATENDIMENTOS DE CONTROLE MEDICO DE SAUDE OCUPACION		2300	873	5	873	878	
Total do Programa				8.334		20		8.354	



Programa : 0026 ACESSO A MORADIA ADEQUADA

Objetivo :

Prover moradia para a demanda habitacional do município de Caieiras, via execução direta ou parcerias para produção de empreendimentos habitacionais, visando a redução do déficit habitacional existente.

Órgão Responsável Principal : 02.11.01 SECRETARIA MUN DE HABITACAO E PLANEJAMEN

Indicador : Unidade de Medida

Índice mais Recente

Índice Futuro 2024

DEFICIT HABITACIONAL

FAMILIAS

12.800

12.200

Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2023

Ação	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1019 PROVISAO HABITACIONAL	HABITACAO	UNIDADES HABITACIONAIS DISPONIBILIZADAS A POPULACA UNIDADE	215	0	155	155
2136 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E PLANEJAMENTO	HABITACAO	NAO APLICAVEL	0	41	0	41
2137 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E PLANEJAMENTO	HABITACAO	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE HABITACAO E PLANEJAMEN % PERCENTUAL	100	90	5	95
2138 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E PLANEJAMENTO	HABITACAO	NAO APLICAVEL	0	1.124	0	1.124
2139 REGULARIZACAO FUNDIARIA E URBANIZACAO	HABITACAO	MORADORES BENEFICIADOS COM TITULACAO REGULAR	500	139	536	675
2140 ASSISTENCIA HUMANITARIA E CIDADANIA	HABITACAO	FAMILIAS BENEFICIADAS COM PLANTAS SOCIAIS	80	166	5	171
Total do Programa				1.560	701	2.261



Programa : 0027 SEGURANCA DO CIDADAO E PROTECCAO PATRIMONIO PUBLICO

Objetivo :
Garantir a Guarda Civil uma gestao efetiva e integrada aos demais orgaos da segurança publica, buscando dar suporte as acoes da competencia de cada um, otimizando os recursos humanos e materiais, por meio da inteligencia e tecnologia.

Orgao Responsavel Principal : 02.12.01 SECRETARIA MUN DE SEGUR PUBL MOBILIDADE

Indicador : Unidade de Medida

PERCENTUAL OCORRENCIAS NAT URGENTE ATENDIDAS EM ATE 20 MIN % PERCENTUAL

Indice mais Recente

80

Indice Futuro 2024

95

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1020 OBRAS, REFORMAS E AMPLIACOES VOLTADAS A SEGURANCA PUBLICA	SEGURANCA	OBRAS DE SEGURANCA PUBLICA	2	10	103	113
2141 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA E MOBILIDADE URBANA	SEGURANCA	NAO APLICAVEL	0	52	0	52
2142 GESTAO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA E MOBILIDADE URBANA	SEGURANCA	MANUTENCCO DA SEGR DE SEG PUBLICA E MOBILIDADE URB % PERCENTUAL	100	11.427	21	11.448
2143 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - SEGURANCA PUBLICA E MOBILIDADE URBANA	SEGURANCA	NAO APLICAVEL	0	14.218	0	14.218
2144 OPERACAO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	SEGURANCA	MEDIA DE OCORRENCIAS ATENDIDAS PELA GUARDA MUNICIPAL UNIDADE	4223	1.530	21	1.551
2145 COOPERACAO COM O CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANCA	MEDIA DE OCORRENCIAS ATEND PELO CORPO DE BOMBEIROS UNIDADE	1450	206	0	206
2146 VALORIZACAO DO PROFISSIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	SEGURANCA	PERCENTUAL DE PROFIS DE SEGURANCA PUBLICA CAPACITA % PERCENTUAL	100	88	0	88
2147 COORDENACAO DA DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL	MEDIA DE VISTORIAS EFETIVADAS PELA DEFESA CIVIL/ANO UNIDADE	515	467	15	482
2148 JUNTA DO SERVICO MILITAR	JUNTA MILITAR	ALISTADOS AO SERVICO MILITAR/ANO UNIDADE	1200	27	5	32
2169 PROGRAMA GUARDA MIRIM MUNICIPAL	SEGURANCA	ADOLESCENTES FORMADOS UNIDADE	50	256	0	256
Total do Programa				28.283	165	28.448

CN-SIFPM



MUNICIPIO DE CAIEIRAS

ELABORACAO DA LDO-2024

CONAM

SECRETARIA MUN DE SEGUR PUBL MOBILIDADE

02.12.01

Orgao Responsavel Principal

Indicador :

AUMENTO DO INDICE APROVACAO DO TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO

Unidade de Medida

% PERCENTUAL

Indice mais Recente

67

Indice Futuro 2024

75

Programa : 0028

MOBILIDADE SEGURA E ORDENADA

Objetivo :

Promover o acesso aos servicos basicos, proporcionar melhoria nas condicoes urbanas referentes a mobilidade, promover o desenvolvimento sustentavel e consolidar a gestao democratica para continuo aprimoramento da mobilidade urbana.

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023		
				Desp Correntes	Desp de Capital	Total
1021 OBRAS DE ADEQUACAO E INFRAESTRUTURA DE TRANSITO	SEGURANCA	OBRAS DE DESAFOGAMENTO/ADEQUACOES NO TRANSITO	1	10	155	165
2149 OPERACAO E SINALIZACAO SEMAFORICA	SEGURANCA	EXPANSAO DA SINALIZACAO SEMAFORICA	2	307	31	338
2150 MONITORAMENTO E FISCALIZACAO DE TRANSITO	SEGURANCA	REDUCAO DO RDM DE ACIDENTES COM VITIMAS NO TRANSITO	15	667	1	668
2151 EDUCACAO NO TRANSITO	SEGURANCA	CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRANSITO	4	144	5	149
Total do Programa				1.128	192	1.320

METAS E PRIORIDADES PARA 2024



Programa : 0029 EQUILIBRIO FISCAL									
Objetivo : Equilibrar as contas publicas e gerar recursos para fazer face as despesas de custeio e aos investimentos, visando a melhoria na qualidade do gasto no municipio de Caiçaras.									
Orgao Responsavel Principal : 02.13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS									
Indicador :		Unidade de Medida		Índice mais Recente		Índice Futuro 2024			
REDUÇÃO DO DEFICIT ORÇAMENTARIO		% PERCENTUAL		6,06		0			
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023									
Ação	Orgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Valores 2024					
				Desp Correntes		Desp de Capital		Total	
				20		0		20	
				73		10		83	
				1.742		0		1.742	
2152 DESPESAS SOB REGIME DE ADIANTAMENTO - DIRETORIA GERAL DE FINANÇAS	FINANÇAS	NAO HA	0	20		0		20	
2153 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DIRETORIA GERAL DE FINANÇAS	FINANÇAS	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA GERAL DE FINANÇAS	100	73		10		83	
2154 VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - DIRETORIA GERAL DE FINANÇAS	FINANÇAS	NAO HA	0	1.742		0		1.742	
2155 GESTÃO FISCAL E TRIBUTARIA	FINANÇAS	CRESC DA RECEITA TRIBUTARIA EM RELACAO EXERC ANTER	3	2.682		10		2.692	
Total do Programa				4.517		20		4.537	



METAS E PRIORIDADES PARA 2024

Programa : 0030 PREVIDENCIA MUNICIPAL					
Objetivo :		Administrar a concessao e manutencao dos beneficios previdenciais estabelecidos em lei; sugerir politicas de equacionamento de eventual deficit atuarial; agir com austeridade na utilizacao dos recursos previdenciarios; buscar sempre a melhoria das condicoes de mercado para investimento do RPPS, observar a garantia, a seguranc;a, a solvencia e a liquidez desses investimentos.			
Orgao Responsavel Principal : 03.01.01		INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL			
Indicador :		Unidade de Medida		Indice mais Recente	
NAO MENSURAVEL		NAO HA		0	
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023					
Acao		Orgao Executor		Meta Fisica	
2156 GESTAO DO RPPS		IPREM		0	
2157 GESTAO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS		IPREM		0	
		Produto / Unidade de Medida		Desp Correntes	
		NAO APLICAVEL		2.143	
		NAO APLICAVEL		26.651	
Total do Programa				28.794	
				155	
				28.949	



Programa : 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

Objetivo :

Orgao Responsavel Principal : 02.13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Indicador :	Unidade de Medida	Indice mais Recente	Indice futuro 2024
NAO MENSURAVEL	NAO HA	0	0

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2023

Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade da Medida	Meta Fisica	Valores 2024	
					Reserva de Contingencia
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	FINANÇAS	NAO APLICAVEL	0	0	6.069
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	ITERM	NAO APLICAVEL	0	0	9.367
Total do Programa				15.436	



Valores Expressos em R\$ milhares mados / 2023

ORGÃOS	A C O E S				TOTAL
	PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.		
02.00.00 PREFEITURA MUNICIPAL	26.125	390.410	18.957		435.492
01.00.00 CAMARA MUNICIPAL	924	18.976	0		19.900
03.00.00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	0	28.949	0		28.949
TOTAL	27.049	438.335	18.957		484.341
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES : 448.861 TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL: 20.044 TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA : 15.436					

FONTE:CM-SIFPM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE, Data da emissao 28/ABR/2023 e hora de emissao 09:44

Município de CAIEIRAS

Quadro I

CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2022 em valores correntes; 2023 a 2026 em valores constantes a preços de 2023
2024

(Atenção: este quadro não inclui as receitas do RPPS e as receitas intraorçamentárias)

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção				R\$ milhar
	Arrecadado 2022	Reestimativa 2023	Estimativa 2024	Estimativa 2025	Estimativa 2026	
RECEITAS CORRENTES						
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA						
Impostos	0	425.800	425.800	425.800	425.800	425.800
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	0	119.360	119.360	119.360	119.360	119.360
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	0	111.800	111.800	111.800	111.800	111.800
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0	36.590	36.590	36.590	36.590	36.590
Imposto de Renda Retido na Fonte	0	4.370	4.370	4.370	4.370	4.370
Taxas	0	60.240	60.240	60.240	60.240	60.240
Pelo Exercício do Poder de Polícia	0	10.600	10.600	10.600	10.600	10.600
Pela prestação de serviços	0	7.560	7.560	7.560	7.560	7.560
Contribuição de Melhoria	0	7.390	7.390	7.390	7.390	7.390
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	170	170	170	170	170
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	0	0	0	0	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	0	5.890	5.890	5.890	5.890	5.890
Receitas Imobiliárias	0	5.890	5.890	5.890	5.890	5.890
Receitas de Valores Mobiliários	0	2.810	2.810	2.810	2.810	2.810
Demais Receitas Patrimoniais	0	0	0	0	0	0
Receita agropecuária	0	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
Receita industrial	0	1.310	1.310	1.310	1.310	1.310
Receita de serviços	0	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	0	0	0	0	0
Transferências da União	0	0	0	0	0	0
Fundo de Participação dos Municípios	0	329.460	329.460	329.460	329.460	329.460
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	0	107.870	107.870	107.870	107.870	107.870
Cota-parte do IOF/Ouro	0	77.890	77.890	77.890	77.890	77.890
Outras Transferências da União	0	10	10	10	10	10
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	0	0	0	0	0	0
Transferências do SUS	0	29.970	29.970	29.970	29.970	29.970
Transferência do Salário-educação (FNDE)	0	0	0	0	0	0
Demais Transferências do FNDE	0	13.320	13.320	13.320	13.320	13.320
Transferências do FNAS	0	10.340	10.340	10.340	10.340	10.340
Demais Transferências da União	0	1.640	1.640	1.640	1.640	1.640
Transferências dos Estados	0	50	50	50	50	50
Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	0	4.620	4.620	4.620	4.620	4.620
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	0	147.920	147.920	147.920	147.920	147.920
Cota-parte do Imp.s/ Prod. Industr./Exportações	0	124.520	124.520	124.520	124.520	124.520
Transferência Financeira da CIDE	0	22.880	22.880	22.880	22.880	22.880
Demais Transferências dos Estados	0	520	520	520	520	520
Transferências Multigovernamentais do FUNDES	0	0	0	0	0	0
Transferências de Instituições Privadas	0	72.520	72.520	72.520	72.520	72.520
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	0	0	0	0
Transferências de Convênios	0	0	0	0	0	0
OUTRAS REC. CORRENTES (exceto juros de empréstimos concedidos regimes de previdência social)	0	1.150	1.150	1.150	1.150	1.150
Juros de empréstimos concedidos	0	14.010	14.010	14.010	14.010	14.010
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0	0	0	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	45.730	45.730	45.730	45.730	45.730
Operações de crédito	0	0	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0	0
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0	0
Amortização de empréstimos	0	0	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Total geral das receitas	0	425.800	425.800	425.800	425.800	425.800
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	0	425.800	425.800	425.800	425.800	425.800
REC. CORR. LÍQUIDA - PREVISTA NA LOA 2022	0	425.800	425.800	425.800	425.800	425.800

*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE
MLDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de CAETIRAS

Quadro II

CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2022 em valores correntes; 2023 a 2026 em valores constantes a preços de 2023
2024

(Atenção: este quadro não inclui as despesas do RPPS e as despesas intraorçamentárias)

LRP, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Empenhado 2022	Reestimativa 2023	Estimativa 2024	Estimativa 2025	Estimativa 2026
DESPESAS CORRENTES					
1 Pessoal e Encargos Sociais	351.688	405.500	405.500	405.500	405.500
2 Juros e Encargos da Dívida	152.328	170.000	170.000	170.000	170.000
3 Outras Despesas Correntes	3.603	7.000	7.000	7.000	7.000
DESPESAS DE CAPITAL	195.757	228.500	228.500	228.500	228.500
4 Investimentos	34.423	20.300	20.300	20.300	20.300
5 Inversões Financeiras	31.767	13.000	13.000	13.000	13.000
Concessão de empréstimos e financiamentos	0	1.600	1.600	1.600	1.600
Aquisição de títulos de capital integralizado	0	0	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
6 Amortização da Dívida	0	1.600	1.600	1.600	1.600
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (CORRENTES E CAPITAL)	2.656	5.700	5.700	5.700	5.700
	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL DA DESPESA	386.111	425.800	425.800	425.800	425.800

* FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de CAIEIRAS

Quadro III

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
2024

Atenção: este quadro não inclui dados do RPPS, ou seja, dívida, disponibilidades de caixa e haveres financeiros
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA DC (I)	21.788	26.467	20.849	16.041	11.648	8.423
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	21.788	20.567	16.716	13.675	11.049	8.423
Empréstimos	20.553	18.927	16.301	13.675	11.049	8.423
Internos	20.553	18.927	16.301	13.675	11.049	8.423
Externos	0	0	0	0	0	0
Reestruturação da Dívida de	0	0	0	0	0	0
Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0	0	0	0	0	0
De Tributos	1.235	603	0	0	0	0
De Contribuições Previdenciárias	0	0	0	0	0	0
De Demais Contribuições Sociais	1.235	603	0	0	0	0
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	0	0	0	0	0	0
Precatórios posteriores a 05/05/2000	0	1.037	415	0	0	0
Vencidos e não pagos	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	0	5.900	4.133	2.366	599	0
DEDUÇÕES (II)	0	0	0	0	0	0
Disponibilidade de Caixa	0	0	0	0	0	0
Disponibilidade de Caixa Bruta	0	0	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar processados	0	0	0	0	0	0
(-) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	0	0	0	0	0	0
Demais Haveres Financeiros	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	21.788	26.467	20.849	16.041	11.648	8.423

FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais. Unidade responsável - CONTABILIDADE

MLGO dívida - Conam LTDA - www.conam.com.br

